

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.370 - PR (2019/0240026-7)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : GAF PLASTICOS LTDA
OUTRO NOME : RENATA CRISTINE FRANCO - ME
ADVOGADO : EDUARDO KUTIANSKI FRANCO - PR035374
AGRAVADO : ROSELI DE FATIMA MENDONCA
ADVOGADOS : FABRICIO MORTARI SCHMIDT - PR069962
GIAILSON GUIMARAES DOS SANTOS - PR065073
FERNANDO ALVES GUIMARÃES - PR076779

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** BANCÁRIO. CHEQUE. MONITÓRIA. EMBARGOS. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REEXAME DOS FATOS DA CAUSA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

ROSELI DE FÁTIMA MENDONÇA (ROSELI) ajuizou ação de cobrança contra RENATA CRISTINE FRANCO – ME (RENATA), julgada procedente.

RENATA apelou. O Tribunal de origem negou provimento ao apelo em acórdão assim ementado:

BANCÁRIO. CHEQUE. MONITÓRIA. EMBARGOS.
1. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA REJEITADO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PROVAS SUFICIENTES NOS AUTOS PARA APRECIÇÃO DA DEMANDA. CABE AO JUIZ, DESTINATÁRIO DA PROVA, DECIDIR A LIDE SOB O CONVENCIMENTO MOTIVADO. MATÉRIA APRECIADA REITERADAMENTE NAS DEMANDAS DESSA CÂMARA ESPECIALIZADA. DESNECESSIDADE DA PROVA PERICIAL. PRESCRIÇÃO AFASTADA. PROPOSITURA DA AÇÃO ANTES DO 2. ADVENTO DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. RETROAÇÃO DOS EFEITOS DA INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL PARA A DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO NOS TERMOS DO § 1º DO ARTIGO 240 DO CPC/2015. POSSIBILIDADE. DEMORA DA CITAÇÃO, QUE DECORREU EXCLUSIVAMENTE DE MOTIVOS INERENTES AO PODER JUDICIÁRIO. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 240, § 3º DO CPC/2015 E DA SÚMULA 106 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

*FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS RECURSAIS.
RECURSO DESPROVIDO (e-STJ, fl. 228).*

Irresignada, RENATA interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, alínea *a*, da CF, alegando que o Tribunal de origem interpretou de forma diversa os arts. 371 e 373, do NCPC, sustentou que houve cerceamento de defesa, tendo em vista o julgamento antecipada da lide.

Em juízo de admissibilidade, a presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta foi apresentada (e-STJ, fls. 294/295).

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Do cerceamento de defesa.

RENATA sustentou que houve cerceamento de defesa, tendo em vista o julgamento antecipada da lide.

A Corte de origem, ao apreciar a matéria, destacou o seguinte:

Em primeiro lugar, afasto o alegado cerceamento do direito de defesa do apelante pelo julgamento antecipado da lide, pois entendeu o juízo singular que as provas documentais coligidas aos autos eram suficientes, como de fato são, para o julgamento da lide. Ressalte-se, por oportuno, que cabe ao juiz destinatário da prova, decidir a lide sob seu convencimento motivado (e-STJ, fl. 230).

Inicialmente, é firme o entendimento desta egrégia Corte Superior no sentido de que não configura cerceamento de defesa o indeferimento de produção de prova, quando o magistrado, entendendo substancialmente instruído o feito, motiva a sua decisão na existência de provas suficientes para formação do seu convencimento.

Superior Tribunal de Justiça

Sobre o tema, prevalecem os princípios da livre apreciação da prova e do livre convencimento do juiz, que conferem ao julgador a faculdade de determinar as provas necessárias à instrução do processo, bem como a de indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias.

No caso, o Tribunal *a quo* concluiu que não houve cerceamento de defesa e que o juiz, destinatário das provas, estava habilitado para julgar antecipadamente a ação porque haviam provas suficientes para formar o seu convencimento.

Nesse contexto, como já destacado, a revisão dos fundamentos que levaram a tal entendimento demandaria uma nova apreciação do conjunto fático-probatório, o que é vedado em recurso especial, a teor da Súmula nº 7 do STJ: *A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial.*

Com efeito, não se mostra plausível nova análise do contexto probatório por parte desta Corte Superior, a qual não pode ser considerada terceira instância recursal.

No mais, referida vedação encontra respaldo na Súmula nº 7 desta Corte: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Além disso, esta Corte firmou o entendimento de não ser possível o conhecimento do recurso especial interposto pela divergência jurisprudencial, na hipótese em que o dissídio é apoiado em fatos e não na interpretação da lei. Isso porque a Súmula nº 7 do STJ também se aplica aos recursos especiais interpostos pela alínea c do permissivo constitucional.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios fixados em desfavor de RENATA, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator